

SOBRE A ALIANÇA

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Phasellus felis arcu, sagittis quis feugiat vitae, rhoncus pulvinar enim. Praesent blandit interdum aliquet. Sed imperdiet nulla quis orci luctus suscipit. Maecenas blandit commodo felis sit amet vehicula. Curabitur finibus semper nisl. Proin congue malesuada bibendum. Fusce id feugiat arcu. Vivamus hendrerit diam vel dictum condimentum. Fusce id massa dignissim, dapibus est sed, fringilla leo.

Donec sollicitudin nulla id velit ultrices, ut lobortis tellus finibus. Nulla sit amet urna nunc. Curabitur enim risus, congue dictum mauris vel, luctus consectetur elit. Proin non semper eros, in bibendum leo. Donec rhoncus tellus nec justo faucibus, eget dignissim lorem lobortis. Nulla nec dignissim nibh, id posuere urna. Nam in odio magna. Proin nec turpis interdum, vulputate ipsum vel, vulputate nibh. Phasellus sit amet imperdiet urna. Donec in tortor pellentesque, consectetur lectus vel, ultrices ligula. Vivamus nec porttitor arcu, id faucibus odio.

SOBRE O GAI

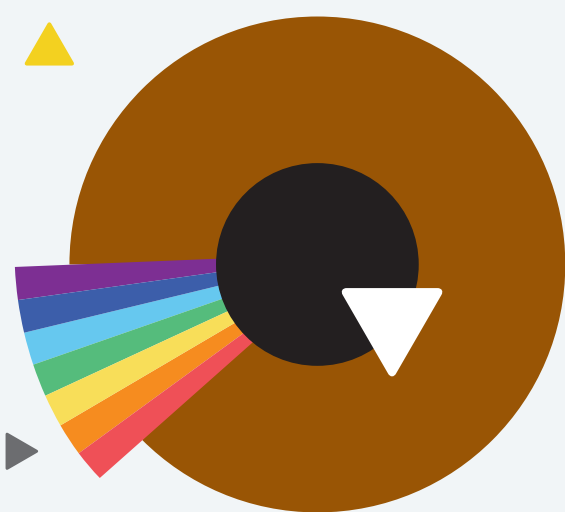
Donec molestie augue sed nibh placerat, non commodo mauris blandit. Donec nulla metus, volutpat a placerat quis, semper sit amet orci. Cras quam nunc, gravida eget neque ac, convallis aliquam massa. In a augue lacus. In facilis venenatis velit, eget sodales eros fermentum ut. Fusce finibus, lectus id rhoncus tincidunt, odio augue posuere lacus, non gravida velit erat in sapien. Morbi neque risus, condimentum in ex id, pellentesque vestibulum lorem. Fusce auctor placerat erat, eu accumsan turpis consectetur sit amet.

Curabitur eu sagittis tortor. Pellentesque dictum congue turpis, id ultricies arcu. Curabitur a massa sed massa finibus maximus vitae a odio. Praesent posuere nisi ut dolor varius, a suscipit enim fringilla. Quisque ligula arcu, tincidunt sed feugiat sit amet, interdum sollicitudin tellus. Curabitur a molestie nulla, quis tempus lacus. Duis sed leo tortor. Pellentesque cursus tortor eu tincidunt aliquam.

Vivamus pellentesque lectus vulputate odio ultricies viverra. Donec ex lectus, sollicitudin in leo at, cursus tempus eros. Nam non convallis massa. Suspendisse eu metus ullamcorper, convallis mauris eu, suscipit nisi. Cras ut leo eget neque elementum convallis sit amet ac nunc. Vivamus in turpis justo. Sed sit amet ante augue.

LINHA DO TEMPO

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI • RIO DE JANEIRO



LINHA DO TEMPO

O projeto Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ no estado do Rio de Janeiro – uma iniciativa da Aliança Nacional LGBTI+ e com realização do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI, visa contribuir com o monitoramento das políticas públicas, criando estratégias de participação social e fortalecimento de instrumentos de controle social.

Este folder tem o objetivo de apresentar uma linha do tempo, contribuindo para melhor compreensão dos últimos anos de organização do movimento social LGBTI+ na luta pela promoção do respeito, da redução do preconceito, do estigma, da discriminação e a violência contra esta população. Há um vasto conteúdo sobre os tópicos abordados. Pesquise os sites oficiais e de ONG para obter informações detalhadas sobre cada uma das ações aqui listadas.



Facebook: /aliancagbti
Twitter: @aliancagbti
Instagram: @grupo_arco_iris
LinkedIn: /grupparcoiris,perfrllll

Sigam as nossas redes sociais!

FONTES

- 1) PEREIRA, Cleyton Feitosa
Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil
- 2) CARRARA, Sérgio ... et al. (I – Carrara, Sérgio II. Aguião, Sílvia. III. Lopes, Paulo Victor Leite. IV. Tota, Martinho)
Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro
- 3) AGUIÃO, Sílvia – Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição Dos “LGBT”
- 4) Site da ABGLT - <https://www.abgl.org/rio-de-janeiro>

LINHA DO TEMPO

LEI ESTADUAL Nº 3406 DE 15 DE MAIO DE 2000

Estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual e dá outras providências.

2000

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº25/2000 DO INSS

Define procedimentos a serem adotados para concessão de benefícios previdenciários dos companheiros e companheiras homossexuais no INSS

2000

CERCONVIDH-DDH-RJ

Lançados em junho de 1999, o Centro de Referência, em parceria com o governo do Estado do RJ, coordenava iniciativas de formação, sensibilização e capacitação das polícias civil e militar, entre outras ações de enfrentamento à homofobia.

1999

criação da SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Criada na estrutura do Ministério da Justiça, foi fortalecida em 1999 passando a ser chamada de Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Em 2003, se torna Secretaria Especial de Direitos Humanos. É a partir desse período que a agenda LGBTI+ começa a ser gestada na política de direitos humanos.

1997

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS II - PNDH 2

Contendo 10 metas específicas para LGBTI+, o programa avançou no reconhecimento da diversidade sexual no campo da cidadania.

2002

PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA

Lançado em 2004 a partir de uma série de discussões entre o Governo Federal e a sociedade civil organizada. Prevê um conjunto de ações que visam combater a homofobia.

2004

LEI ESTADUAL 5034/2007 DE 29 DE MAIO DE 2007

Sanção da Lei que reconhece, para fins previdenciários, companheiros do mesmo sexo de servidores públicos estaduais do Rio de Janeiro.

2007

PROGRAMA ESTADUAL RIO SEM HOMOFOBIA - DECRETO ESTADUAL 40.822 DE 26 DE JUNHO DE 2007

Programa do Governo do Estado do Rio de Janeiro criado em 2007 que visa combater a discriminação e a violência contra LGBT e promover a cidadania desta população em todo território fluminense.

2007

I PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA DH DE LGBT E TRANSEXUAIS

Fruto da I Conferência Nacional GLBT, o Plano contém 51 diretrizes e 180 ações, demonstrando, assim, diversas demandas históricas da população LGBT.

2009

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS III - PNDH 3

O PNDH-3 avança na agenda da população LGBT. Tendo sido construído com mais participação popular que os Programas anteriores.

2009

PORTARIA 1707/GM/MS DE 18/08/2008

Regulamentação do Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) no Ministério da Saúde.

2008

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS TRANSEXISTAS E TRANSEXUAIS (GLBT À ÉPOCA) - MAIO DE 2008

Convocada por Decreto Presidencial, representou um marco na elaboração e construção de políticas públicas. É a partir deste evento que a sigla GLBT passa a ser LGBT, conferindo maior visibilidade para a pauta lésbica. Ocorreram em todos os estados do país etapas estaduais e municipais.

2008

CONSELHO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXISTAS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DECRETO Nº 41.798 DE 02 DE ABRIL DE 2009

Cria o Conselho dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do estado do Rio de Janeiro.

2009

INSTITUIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO DE LGBT E TRANSEXUAIS

Composto por 30 membros/as, representantes do governo e da sociedade civil, o Conselho tem por finalidade primordial formular e propor diretrizes para a ação governamental.

2010

criação do CENTRO DE CIDADANIA LGBT DO RIO DE JANEIRO (CAPITAL) E DO DISQUE CIDADANIA LGBT INAUGURADO EM JULHO DE 2010

Primeiros serviços a serem implantados no âmbito do Programa Rio Sem Homofobia, em julho de 2010. Logo após, foram inauguradas outras cinco unidades.

2010

INSTITUIÇÃO DO DIA NACIONAL DE COMBATE À HOMOFOBIA

Por meio de decreto presidencial, foi instituído o dia 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia. Essa é uma data internacionalmente celebrada em virtude da retirada da homossexualidade do Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde.

2010

II CONFERÊNCIA NACIONAL DE LGBT E TRANSEXUAIS

Convocada pela presidência da república, teve como objetivo central avaliar a execução do I Plano Nacional LGBT. Ocorreram em todos os estados do país etapas estaduais e municipais.

2011

LANÇAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO LGBT

Construído por ativistas e membros do Ministério da Saúde, prevê um conjunto de ações em distintas áreas da saúde. É paradigmática porque amplia o foco de atenção do Estado para além dos problemas relativos ao HIV/AIDS.

2011

DISQUE 100 DIREITOS HUMANOS

O Disque 100 funciona como um canal de denúncia em que segmentos vulneráveis vítimas de violência podem denunciar através de ligação telefônica. Em fevereiro de 2011, passa a atender a população LGBTI+.

2011

COMISSÃO DE DIREITO HOMOAFETIVO DA OAB/RJ

Criada em dezembro de 2010 e em 2019 teve seu nome modificado para Comissão de Diversidade Sexual e Gênero.

2010

ADPF 132 (ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL)

Reconhecimento da União Estável para casais do mesmo sexo pelo STF (julgado procedente pelo STF).

2011

NOME SOCIAL DE TRANSEXISTAS E TRANSEXUAIS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RJ - DECRETO Nº 43.065 DE 08 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre o direito ao uso do nome social por travestis e transexuais na administração direta e indireta do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

2011

PORTARIA 574/2012 DA POLICIA CIVIL - MOTIVO PRESUMIDO DO CRIME (HOMOFOBIA)

Incluiu o nome social e o motivo presumido "homofobia" no Registro de Ocorrência da Polícia Civil.

2012

LANÇAMENTO DO RELATÓRIO DE VIOLÊNCIA HOMOFOBICA NO BRASIL 2011 / 2012

Fruto da pressão do Grupo Gay da Bahia (GGB), que já contabilizava a violência homofóbica, o Governo Federal lançou esse mapeamento da homofobia no Brasil.

2012

INCLUSÃO DO NOME SOCIAL NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM) PUBLICADA EM 12 DE MAIO DE 2014

Inclusão do Nome Social no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) publicada em 12 de maio de 2014.

2014

PUBLICADA PORTARIA 2803 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

Portaria que redefiniu e ampliou o processo transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS)

2013

RESOLUÇÃO Nº175 DE 14 DE MAIO DE 2013 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo.

2013

LANÇAMENTO DO SISTEMA NACIONAL LGBT

Demandado pelo Conselho Nacional LGBT, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República lançou o Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência LGBT.

2013

III CONFERÊNCIA NACIONAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS TRANSEXISTAS E TRANSEXUAIS

A III Conferência Nacional LGBT aconteceu em abril de 2016 conjuntamente com as Conferências da Criança e do Adolescente, da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, bem como da XII Conferência Nacional de Direitos Humanos. Dessa experiência resultou a assinatura de Decreto Nacional que reconhece e utiliza o nome social de pessoas trans e travestis em âmbito federal. Ocorreram em todos os estados do país etapas estaduais e municipais.

2016

EQUIPARAÇÃO PELO STF DA LGBTIFOBIA AO RACISMO EM 13 DE JUNHO DE 2019

O STF equiparou a LGBTifobia como tipo penal definido na Lei do Racismo (Lei 7716/1989) e, no caso de homicídio doloso, constitui circunstância que o qualifica por motivo torpe até que o Congresso Nacional edite lei sobre a matéria.

2019

PERMISSÃO DE DOAÇÃO DE SANGUE POR LGBTI+ EM 18 DE MAIO DE 2020 PELO STF

Por maioria dos votos o STF considerou inconstitucionais normas do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que excluíam do rol de habilitados para doação de sangue os "homens que tiveram relações sexuais com outros homens e/ou as parceiras sexuais destes nos 12 meses antecedentes".

2020